

Larimus Participações Ltda. e Controladas - CNPJ: 07.651.595/0001-94

Relatório da Administração

A Larimus Participações Ltda. apresenta seus resultados consolidados relativos ao exercício de 2025, preparados e apresentados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o parecer dos auditores externos PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. O ano de 2025 manteve a alta temperatura jornalística, com uma agenda marcada por tensões políticas, rearranjos geopolíticos e pela consolidação da inteligência artificial como eixo central de transformação econômica e informacional. No Brasil, o noticiário acompanhou os desdobramentos institucionais do período recente, além de temas estruturais como economia, segurança pública e atuação do governo. Nesse contexto, a Folha reafirmou sua relevância com coberturas de impacto, produção consistente de furos e diversificação de formatos jornalísticos. Ao longo do ano, foram dezenas de informações exclusivas relevantes em diferentes editoriais, cobrindo temas como política, economia, cotidiano e cultura, incluindo reportagens sobre uso indevido de conteúdo por empresas de inteligência artificial e questões sensíveis envolvendo autoridades públicas. Além do jornalismo investigativo, a Folha produziu coberturas especiais, séries e produtos editoriais di-

versos, ampliando a oferta de conteúdo e aprofundando a análise de temas complexos do Brasil e do mundo. No total, o ano reuniu grandes coberturas, séries, produtos editoriais especiais e eventos, além de dezenas de entrevistas com personagens relevantes, o que levou o jornal e seus profissionais a ganharem prêmios internacionais. A agenda editorial em defesa da energia limpa foi renovada e consolidada, reforçando o posicionamento do jornal em temas ambientais e de futuro. Paralelamente, a Folha avançou na criação de ferramentas de utilidade pública e no uso de inteligência artificial aplicada ao jornalismo, ampliando sua capacidade de serviço ao leitor. No campo digital, o desempenho refletiu essa estratégia. A Folha encerrou 2025 com 2,1 bilhões de páginas vistas (+9%) e 830 milhões de visitas (+9%), mantendo uma base de 185 milhões de usuários e alcançando um total de 875.579 assinantes pagos, muito próxima à soma dos assinantes de seus três principais concorrentes, O Globo, O Estado de S. Paulo e Valor Econômico. No plano estrutural, intensificaram-se os debates globais sobre remuneração de conteúdo jornalístico por plataformas tecnológicas, especialmente no contexto da inteligência artificial generativa. O uso

de material jornalístico sem autorização ou compensação tornou-se um dos principais pontos de tensão entre empresas de mídia e big techs, reforçando a necessidade de novos modelos de regulação e de acordos comerciais mais equilibrados. Nesse cenário, o Grupo Folha seguiu acelerando sua transição para o digital, com ampliação de conteúdos exclusivos e diversificação de produtos. A Receita Líquida total subiu 6,2%, os Custos das Vendas e dos Serviços Prestados encolheram 7,3% e o Lucro Bruto subiu 31,1%. As Receitas (Despesas) Operacionais recuaram 5% no ano de 2025. A administração mantém foco contínuo na melhoria dos processos, redução de custos, aumento da produtividade e da rentabilidade. O desempenho consolidado resultou no lucro líquido em 2025 de R\$ 1,745 bilhão (versus R\$ 662,899 milhões em 2024) e o Patrimônio Líquido aumentou para R\$ 4,772 bilhões versus R\$ 4,017 bilhões em 2024. Agradecemos aos nossos acionistas, anunciantes e leitores o indispensável apoio e confiança, bem como a determinação e o comprometimento do nosso time de profissionais, fundamentais para a obtenção dos resultados em ano repleto de desafios.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	1	1	1.889.661	888.491
Contas a receber de clientes (Nota 6)	-	-	85.387	77.103
Estoques (Nota 7)	-	-	3.717	8.538
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 8)	-	-	1.878	2.767
Contas a receber - partes relacionadas (Nota 9)	-	-	8.777	7.392
Despesas antecipadas	-	-	3.509	2.371
Outras contas a receber	-	-	2.208	1.395
Dividendos a receber	5.031	6.673	-	-
Juros sobre capital próprio a receber	-	-	98.859	-
Total do ativo circulante	5.032	6.674	2.093.996	988.057
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Contas a receber - partes relacionadas (Nota 9)	-	-	2.776	2.375
Outras contas a receber	-	-	18	102
Depósitos compulsórios e judiciais (Nota 16)	-	-	37.427	37.172
Dividendos a receber	87.425	37.347	589.684	-
	87.425	37.347	629.905	39.649
Outros ativos financeiros não circulantes (Nota 10.c)	-	-	3.423.864	4.797.327
Investimentos (Nota 10.a e b)	4.772.100	4.017.844	-	-
Propriedade para investimento (Nota 12)	-	-	231.072	133.164
Imobilizado (Nota 11)	-	-	54.811	57.404
Intangível	-	-	425	272
	4.772.100	4.017.844	3.710.172	4.988.167
Total do ativo não circulante	4.859.525	4.055.191	4.340.077	5.027.816
Total do ativo	4.864.557	4.061.865	6.434.073	6.015.873

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)								
	Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido	Participação de não controladores
			Reserva legal	Reserva para retenção de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	39.447	26.642	5.372	241.128	-	3.120.900	3.433.489	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	662.898	-	662.898	5
Realização de reserva de reavaliação em controlada líquida de tributos	-	(564)	-	-	564	-	-	-
Dividendos (Nota 18. f)	-	-	-	-	(33.145)	-	(33.145)	-
Transferência para reserva de retenção de lucros (Nota 18. g)	-	-	-	630.317	(630.317)	-	-	-
Ganhos atuariais (Nota 22)	-	-	-	-	-	2.257	2.257	-
Aumento (Redução) de valor justo em outros investimentos (Nota 10.c)	-	-	-	-	-	(48.132)	(48.132)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	39.447	26.078	5.372	871.445	-	3.075.025	4.017.367	5
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.745.072	-	1.745.072	2
Realização de reserva de reavaliação em controlada líquida de tributos	-	(564)	-	-	564	-	-	-
Dividendos (Nota 18. f)	-	-	-	-	(85.167)	-	(85.167)	-
Transferência para reserva de retenção de lucros (Nota 18. g)	-	-	-	1.660.469	(1.660.469)	-	-	-
Ganhos atuariais (Nota 22)	-	-	-	-	-	824	824	-
Aumento (Redução) de valor justo em outros investimentos (Nota 10.c)	-	-	-	-	-	(906.484)	(906.484)	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	39.447	25.514	5.372	2.531.914	-	2.169.365	4.771.612	6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Empresa é uma sociedade limitada, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo. A Larimus Participações Ltda. ("Empresa" ou "Controladora") tem como atividade preponderante a atividade de holdings de instituições não financeiras. A controlada Empresa Folha da Manhã S.A. ("Controlada") tem como atividade preponderante a exploração da indústria jornalística em geral, a importação e exportação de atividades afins, e, ainda, a exploração de atividades de comunicação e informação, entretenimento, educação, atividades imobiliárias, e quaisquer atividades afins, podendo inclusive participar de outras sociedades. 2. Resumo das principais políticas contábeis materiais: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. 2.1. Base de preparação: As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria da Empresa em 30 de abril de 2026. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos Outros ativos financeiros não circulantes, Terrenos e Edifícios, no Imobilizado e as correspondentes constituições do Impostos de renda e contribuição social diferidos passivos. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. a) Demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). b) Demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas e as operações em conjunto, são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, ajustadas na proporção devida nos direitos e nas obrigações contratuais da Empresa. Estes ajustes, na Empresa, são efetuados tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas, no objetivo de obter o mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. 2.2. Consolidação: A Empresa consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle ("Grupo"), exceto com relação as entidades controladas em conjunto, isto é, quando a Empresa está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre as atividades relevantes da investida. a) Controladas: Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que a Empresa obtém o controle da investida e cessa quando a Empresa perde o controle da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação, estão descritas na Nota 4. b) Perda de controle em controladas: Quando a Empresa deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes, relativos a estas entidades, são contabilizados como se a Empresa tivesse alinhado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes serão, quando realizados, reclassificados para o resultado. c) Coligadas e empreendimento controlados em conjunto: Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Empresa tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Empresa tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimento controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor. As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Empresa. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionadas aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras. A participação da Empresa nos lucros ou prejuízos de sua joint ventures é reconhecida na demonstração do resultado. Quando a participação da Empresa nas perdas de uma joint venture for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Empresa não reconhece perdas adicionais. Os ganhos não realizados das operações entre a Empresa e suas controladas e controlada em conjunto são eliminados na proporção da participação da Empresa. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Empresa. 2.3. Conversão de moeda estrangeira - a) Moeda funcional e de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada controlada, incluída na consolidação, são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, moeda funcional da Empresa e, também, a moeda de apresentação. b) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa, são apresentados na demonstração do resultado como variações cambiais, líquidas. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Resultado financeiro". c) Empresas controladas: As demonstrações financeiras das controladas e controlada em conjunto estão apresentadas pela mesma moeda funcional da controladora (real). 2.4. Caixa e equivalentes

tes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. 2.5. Instrumentos financeiros - i) Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento, sendo classificados como (i) custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (iii) ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Empresa para a sua gestão. Com exceção das contas a receber de clientes, que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Empresa tenha aplicado o expediente prático, um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo através do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Classificação Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais): No reconhecimento inicial, a Empresa pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como Dividendos recebidos no resultado, quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando o Grupo se beneficia destes proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que estes ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descaimento contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Desreconhecimento: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram. • A Empresa transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) A Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) A Empresa nem transferiu, nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. • Quando a Empresa transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Empresa continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. • Neste caso, a Empresa também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Empresa. • O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: A Empresa reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Empresa espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Empresa aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Empresa acompanha as alterações no risco de crédito e reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base, seguindo o que recomenda o CPC 48. A Empresa estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico, em linha com o expediente prático do CPC 48 item B5.5.35. Observando o Princípio da Prudência, a Empresa considera um ativo financeiro em situação de inadimplimento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, a Empresa também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplimento quando informações internas ou externas indicam ser improvável o recebimento integral dos valores contratuais em aberto, antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Empresa. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. ii) Passivos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmen-

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Operações em continuidade				
Receita líquida (Nota 19)	-	-	333.711	314.272
Custo das vendas e dos serviços prestados (Nota 20)	-	-	(189.085)	(203.987)
Lucro bruto	-	-	144.626	110.285
Receitas (despesas) operacionais	-	-	-	-
Despesas com vendas (Nota 20)	-	-	(53.202)	(56.432)
Despesas gerais e administrativas (Nota 20)	(10)	(8)	(94.976)	(93.263)
Outras (despesas) e receitas operacionais	-	-	14.634	9.080
Resultado das participações societárias e outros investimentos	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10.a e b)	1.745.082	662.906	-	-
Reversão (provisão) para perdas em investimentos (Nota 10.a e b)	-	-	414	1.675
Dividendos recebidos (Nota 10.d)	-	-	1.461.957	420.811
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	1.745.072	662.898	1.473.453	392.156
Resultado financeiro	-	-	-	-
Despesas financeiras (Nota 21)	-	-	(16.121)	(12.520)
Receitas financeiras (Nota 21)	-	-	392.314	315.298
Variações cambiais, líquidas	-	-	7.311	41.713
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	1.745.072	662.898	1.856.957	736.647
Imposto de renda e contribuição social (Nota 15)	-	-	-	-
Correntes	-	-	(109.613)	(73.484)
Diferidos	-	-	(2.270)	(264)
Lucro líquido (prejuízo) das operações em continuidade	1.745.072	662.898	1.745.074	662.899
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.745.072	662.898	1.745.074	662.899
Atribuído aos:				
Acionistas controladores	1.745.072	662.898	1.745.072	662.898
Acionistas não controladores	-	-	2	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	1.745.072	662.898	1.745.074	662.899
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado				
Realização das reservas de reavaliações, líquidas	564	564	564	564
Ganhos (perdas) atuariais (Nota 22.b)	824	2.257	824	2.257
Aumento (redução) do valor justo de outros Investimentos (Nota 10.c)	(906.484)	(48.132)	(906.484)	(48.132)
Outros componentes do resultado abrangente	(905.096)	(45.312)	(905.096)	(45.312)
Resultado abrangente do exercício	839.976	617.587	839.978	617.588
Atribuído aos:				
Acionistas controladores	839.976	617.587	839.976	617.587
Acionistas não controladores	-	-	2	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	1.745.073	662.898	1.856.957	736.647
Despesas (receitas) que não representam movimentação de caixa				
Depreciação (Nota 11. i)	-	-	2.888	3.187
Amortização (Nota 11. i)	-	-	110	164
Depreciação Propriedade para Investimento (Nota 12)	-	-	1.400	350
Perda na baixa de imobilizados e intangíveis	-	-	41	25
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10.a e b)	(1.745.082)	(662.906)	-	-
Provisão (reversão) para perdas em investimentos (Nota 10.a e b.)	-	-	(414)	(1.675)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa, líquidos	-	-	1.127	(143)
Perdas com títulos incobráveis	-	-	1.384	689
Provisão (reversão) para perdas de estoques (Nota 7)	-	-	(1.907)	(6.657)
Provisão para perdas com depósitos judiciais (Nota 16.d.)	-	-	998	529
Provisão (reversão) para demandas judiciais (Nota 16.a.)	-	-	6.373	1.281
Provisão (reversão) de complementação previdenciária (Nota 22. b.)	-	-	(275)	(411)
Juros e variação cambial, líquidos	-	-	12.084	9.514
Variação de ativos e passivos operacionais	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	-	(10.793)	(11.824)
Estoques	-	-	6.728	13.689
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	(76.664)	(50.293)
Contas a receber com partes relacionadas	-	-	(1.785)	439
Despesas antecipadas	-	-	(1.138)	586
Outras contas a receber	-	-	(729)	2.223
Juros sobre capital próprio a receber	-	-	(98.859)	-
Depósitos compulsórios e judiciais	-	-	1.204	381
Dividendos a receber	-	-	(589.684)	-
Propriedade para investimento	-	-		

Larimus Participações Ltda. e Controladas - CNPJ: 07.651.595/0001-94

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

...continuação		
que o Grupo espera receber em troca desses bens ou serviços. O Grupo aplica os cinco passos seguintes do CPC 47: (1) Identificação dos contratos com o cliente; (2) Identificação das obrigações de desempenho previstas no contrato; (3) Determinação do preço da transação; (4) Alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas no contrato; e (5) Reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida A receita é reconhecida líquida dos impostos cobrados dos clientes, que são posteriormente recolhidos para as autoridades governamentais. O Grupo reconhece a receita quando: (a) o valor da receita seu valor pode ser mensurado com segurança; (b) há probabilidade de benefícios econômicos futuros fluírem para a entidade; e (c) quando critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades das controladas, conforme descrição a seguir. As principais receitas são reconhecidas da seguinte forma: (a) Receitas com assinaturas são reconhecidas mediante a entrega de jornais ou disponibilização do acesso ao conteúdo jornalístico, quando da transferência diária e mediante a vigência do contrato. A controlada Empresa Folha da Manhã S.A., neste momento, efetiva o controle do bem ao cliente e este tem acesso irrestrito ao contratado, favorecendo o cumprimento obrigação de desempenho. Nestes contratos os preços são conhecidos e aceitos antecipadamente. (b) Receitas de vendas de serviços de veiculação de anúncios são reconhecidas pela controlada Empresa Folha da Manhã S.A. quando da veiculação dos anúncios, momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita. Neste momento, o cliente tem a satisfação concluída de dispor do resultado esperado na prestação de serviço. A definição de preços é antecipadamente apresentada e aceita pelo cliente. (c) Receitas de vendas avulsas são reconhecidas a medida em que o cliente efetua aquisição da edição impressa reconhecendo a disponibilidade do bem e a controlada Empresa Folha da Manhã S.A. efetiva sua obrigação de entrega de jornais. A venda deste produto é no varejo e disponibilizada em pontos de vendas (bancas), sem que ocorra a contratação individual do cliente final. (d) Receitas de vendas de livros são reconhecidas a medida em que o cliente reconhece a disponibilidade do bem e a controlada Empresa Folha da Manhã S.A. e suas controladas concluem sua obrigação de entrega dos livros. As vendas ocorrem na controlada Empresa Folha da Manhã S.A. e controlada indireta Publifolha Editora Ltda. A definição de preços é antecipadamente apresentada e aceita pelo cliente. (e) Receitas de vendas de serviços de pesquisa de opinião são reconhecidas com a entrega do projeto contratado, momento em que o cliente reconhece a disponibilidade de sua conclusão e a controlada indireta Datafolha Instituto de Pesquisas Ltda. efetiva sua obrigação de entrega do projeto de pesquisa. Neste momento, efetiva o controle do serviço prestado ao cliente e este tem acesso irrestrito ao contratado favorecendo o cumprimento obrigação de desempenho. A definição de preços é antecipadamente apresentada e aceita pelo cliente. Transações de permuta: As receitas incluem montantes reconhecidos a partir da troca de bens e serviços ("transações de permuta"), avaliados a valor justo. As transações de permutas envolvem serviços de veiculação de publicidade e assinaturas de jornais realizadas pela controlada Empresa Folha da Manhã S.A. Seu saldo devido está apresentado na rubrica "Contas a receber de clientes" e o saldo do credor na rubrica "Fornecedores". 2.7. Estoques: Os custos incorridos para indicar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio. Produtos acabados - custo dos materiais diretos, mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação, com base na capacidade operacional normal. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar venda. 2.8. Demais ativos circulantes e não circulantes: Os demais ativos circulantes e não circulantes são reconhecidos pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias ou cambiais e os correspondentes rendimentos auferidos até a data dos balanços. 2.9. Imobilização: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, que está a valor justo, menos depreciação acumulada, acrescida da reavaliação espontânea parcial de bens. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções, quando incorridos, são lançados em contrapartida ao resultado do exercício. Em conformidade com o CPC 27, a controlada Empresa Folha da Manhã S.A. realizou durante o exercício de 2022 e 2021 avaliações de vida útil aplicada em seus ativos imobilizados onde não foram identificadas variações de vida útil. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada em anos, como segue: Equipamentos processamento de dados 5 Instalações e benfeitorias 10 Máquinas e equipamentos 10 Móveis e utensílios 10 Edifícios e benfeitorias em imóveis de terceiros 25 a 40 O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. 2.10. Intangível - Softwares: As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e os gastos necessários para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável em cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares, quando incorridos, são reconhecidos como despesa. 2.11. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. 2.12. Adiantamentos de clientes: Os adiantamentos de clientes são representados por: (a) assinaturas recebidas de jornais a entregar de acordo com a vigência e apropriadas ao resultado pela entrega contratada das publicações; (b) adiantamentos de publicidade, obtidos por conta de veiculação de publicidade futura, são registrados como receita quando da efetiva veiculação da publicidade; e (c) recebimentos para entregas de produtos editoriais como livros, textos e imagens. 2.13. Provisão para demandas judiciais: As provisões para ações judiciais trabalhistas, tributárias e cíveis, são reconhecidas quando: a) Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. As provisões de contingência são reconhecidas, quando a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer processo individual for classificada como provável pelos advogados responsáveis. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. As provisões trabalhistas, cíveis e tributárias são apresentadas na rubrica provisões para contingências, passivo não circulante, conforme Nota 16. 2.14. Demais passivos circulantes e não circulantes: Os demais passivos circulante e não circulante são reconhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data dos balanços. 2.15. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. O imposto de renda e contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas na data do balanço e apresentadas de acordo com o CPC 32 - "Tributos sobre o Lucro". A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas apurações de impostos sobre a renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável apresenta margem a interpretações, estabelecendo provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo circulante, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes pagos antecipadamente excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto fiscais promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. Os impostos de renda diferidos passivos, são compensados quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais correntes, contra os passivos fiscais correntes, quando os impostos de renda diferidos passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. No Grupo, o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, foram constituídos na proporção das reservas de reavaliação de bens do imobilizado, na proporção dos Ajustes de avaliação patrimonial relatados conforme Nota 15 e pelo diferimento dos resultados com faturamento de veiculações de publicidades com órgãos públicos e tributados de acordo com a legislação fiscal vigente. Exposições fiscais: Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Empresa e suas controladas são determinantes para sua consideração, o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda venha ser efetivamente realizado. A Empresa e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser atualizadas, o que levariam a Empresa e suas controladas a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que revisões forem realizadas. 2.16. Benefícios a empregados - a) Plano de complementação de aposentadoria: A controlada Empresa Folha da Manhã S.A. é copatrocinadora do plano de benefício pós-emprego, da modalidade contribuição definida e benefício definido. Geralmente, os planos são financiados por pagamentos a seguradoras ou fundos fiduciários determinados por cálculos atuariais periódicos. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a controlada faz contribuições fixas a uma entidade separada. Não existem outras obrigações legais, nem contributivas, se o fundo não reunir ativos suficientes para pagar a todos os empregados e relacionados as atividades anteriores do empregado, no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente, dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. O passivo reconhecido no balanço patrimonial da controlada, com relação aos planos de pensão de benefício definido, é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano e com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das futuras estimadas saídas de caixa, usando taxas de juros equivalentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos da respectiva obrigação do plano de pensão. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente em subconta específica do patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado com vínculo de trabalho, por um período de tempo no qual o direito é adquirido. Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear, durante o período em que o direito foi adquirido. A descrição do plano de complementação de aposentadoria está demonstrada		

na Nota 22 em linha com o CPC-33. b) Participações nos resultados: A controlada Empresa Folha da Manhã S.A. e suas controladas reconhecem um passivo circulante e uma despesa de participação nos resultados, com base no cumprimento de metas estipuladas pela administração da controlada. Se atingido o cumprimento das metas, a participação nos resultados é destinada a todos os profissionais da controlada e suas controladas. Caso as metas não sejam atingidas, a controlada destina a participação dos resultados conforme estipulado no acordo de convenção coletiva do Sindicato. 2.17. Capital social: As cotas da Empresa são classificadas no patrimônio líquido. 2.18. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, o Grupo concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. 2.19. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024: • Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) – Arrendamentos: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e realocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e realocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e realocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Essa alteração não teve impacto material para o Grupo. • Alterações ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements – SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs. (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo. 2.20. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. • Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza: em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como "contracts referencing nature-dependent electricity". Portanto, se aplicam a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de own use, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. O Grupo está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais. • IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparentes aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: • Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. • Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. • O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores representados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. • No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. • Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11: As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas: • IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro"; • IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7"; • IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"; • IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e • IAS 7 - "Demonstrações dos Fluxos de Caixa". Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. • Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária: Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se: • sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária, ou estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária. As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária. Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. • Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras": Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras. Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados. Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Empresa e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. a) Permutas: A controlada Empresa Folha da Manhã S.A. utiliza como premissa, para o cálculo do valor justo de permutas, a tabela de preço negociada para as transações que envolvem caixa. b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos: O Grupo reconhece a obrigação legal passiva para situações em que é provável a existência de valores adicionais de impostos. Seu saldo está apresentado no "Passivo não circulante". c) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O Grupo registra o imposto de renda e contribuição social diferidos, no passivo não circulante, baseada nos saldos de ativos reavaliados, Ajustes de avaliação patrimonial de Ativos disponíveis para vendas e de receitas com o de veiculação com órgãos públicos não tributados. d) Contingências: O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, tributárias e cíveis em andamento e estas questões estão em discussão tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos. Consubstanciada na opinião de seus consultores legais, a Administração entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis a cada caso já foram tomadas e são suficientes para preservar o patrimônio do Grupo, não existindo a necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação àquelas contabilizadas. e) Provisão para perdas em estoque: A provisão para perdas em estoque é constituída pelo Grupo para itens como produtos acabados considerados obsoletos, por motivo de dano, conservação e desatualização de seu conteúdo. f) Mensuração do valor justo: O valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de saída) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para mensuração do valor justo, a saber: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. O valor justo dos instrumentos financeiros, que não são negociados em mercados ativos (derivativos de balcão), é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confirmam da melhor forma possível as estimativas específicas do Grupo. Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa mantém certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Esses ativos incluem Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. g) Vida útil estimada dos bens imobilizados: O Grupo utiliza uma vida útil estimada para calcular e registrar a depreciação aplicada em seus ativos imobilizados. O Grupo realiza periodicamente, avaliações de vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e realiza mudanças na vida útil caso identifique mudanças significativas ou alterações nas circunstâncias em que as estimativas se baseiam. h) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: As provisões para perda de crédito são uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito (ou seja, valor presente de todos os déficits de caixa) ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, as quais, estimativas são aplicadas pelo Grupo de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir da adoção da norma em 1º de janeiro de 2018. O déficit de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a entidade espera receber. Como as perdas de crédito esperadas consideram o valor e a época dos pagamentos, a perda de crédito ocorre mesmo se a entidade espera ser paga integralmente, mas depois do vencimento estipulado pelo contrato. No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil da provisão para perda de risco de créditos, a fim de determinar se há indicação de que a provisão sofreu alguma variação significativa durante o período. Se houver tal indicação, a provisão é recalculada e o valor reconhecido dentro do próprio período. 4. Critérios de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e incluem as demonstrações financeiras da Empresa e das controladas mencionadas a seguir:

	Participação %	
	2025	2024
Controladas	99,99	99,99
Empresa Folha da Manhã S.A.	99,99	99,99
Companhia Paulista Editora e de Jornais S.A.	99,92	99,92
Notícias Populares S.A.	99,99	99,99
Datafolha Instituto de Pesquisas Ltda.	100,00	100,00
Kypa Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00
Kypa Investimentos Ltda. (i)	100,00	-
(i) A empresa Kypa Investimentos Ltda. foi fundada em 2025, portanto não houve consolidação em 2024.		
5. Caixa e equivalentes de caixa		

	Consolidado	
	2025	2024
Caixa	1	1
Bancos conta-movimento	10.815	1.508
Aplicações financeiras (i)	1.878.845	886.982
	1.889.661	888.491

(i) Aplicações financeiras com liquidez imediata, aplicações com remuneração baseada na variação percentual média de 101% do CDI, bem como aplicação em time deposit com taxa de juros fixa de 4,39% ao ano, todos com vencimento original igual ou superior a três meses e com insignificante risco de mudança de valor.

6. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2025	2024
Publicidade	23.099	20.896
Publicidade - permutas	5.295	4.226
Assinaturas a receber	52.012	46.804
Venda avulsa	56	111
Impressão de jornais	791	791
Produtos editoriais	11	81
Serviços de transporte (saldo incorporado)	1.612	1.669
Produtos editoriais (saldo incorporado)	2.269	2.269
Pesquisas de mercados	1.879	2.623
Aluguéis	3.518	440
Outras*	1.995	3.216
	92.537	83.126
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(7.150)	(6.023)
	85.387	77.103

A exposição máxima ao risco de crédito da controlada Empresa Folha da Manhã S.A. é o valor justo das contas a receber mencionadas. Para atenuar esse risco, a controlada adota como prática a análise das modalidades de cobrança (publicidade, permuta e outros), probabilidade de perdas de créditos esperada (ou seja, valor presente de todos os déficits de caixa) ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, as quais, estimativas são aplicadas pela Sociedade de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros. No que tange a situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de limite de crédito e o acompanhamento permanente de seu saldo devedor, entre outros. Nos saldos a receber de assinaturas constam, somente, clientes cujos valores estão adimplentes. A sinal de qualquer inadimplência com esta modalidade de recebíveis, a disponibilização das assinaturas é interrompida evitando a necessidade de provisão. Para o restante da carteira, o que não foi provisionado referem-se a clientes cuja análise individual da sua situação financeira não demonstrou risco de inadimplência. As movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram como segue:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	6.023	6.167
Créditos provisionados no exercício	2.386	1.486
Créditos recuperados no exercício	(642)	(1.198)
Créditos baixados definitivamente da posição	(617)	(432)
Saldo no final do exercício	7.150	6.023

As contas a receber de clientes por idade de vencimento são como segue:

	Consolidado	
	2025	2024
A vencer	67.604	60.483
Vencidas até 30 dias	7.980	5.750
Vencidas de 31 a 60 dias	564	591
Vencidas de 61 a 90 dias	791	1.603
Vencidas de 91 a 180 dias	942	1.634
Vencidas acima de 181 dias	7.506	5.222
Total das contas a receber	85.387	77.103

	Consolidado	
	2025	2024
Matérias-primas	2.999	6.194
Produtos acabados e projetos	826	3.705
Materiais diversos (iii) (ii)	936	1.590
Provisão para perdas e obsolescência (iv) (i)	(1.044)	(2.951)
	3.717	8.538

(i) Em 2024 a Companhia reavaliou a provisão para perdas de estoques dos materiais de consumos, sendo necessário uma provisão (reversão) de R\$ (5.497). As provisões (reversões) de obsolescências de estoques seguem critérios específicos conforme as normas contábeis e totalizaram R\$ (1.160). A movimentação total entre provisão (reversão) de perdas e obsolescência durante o ano foi de R\$ (6.657). (ii) Em 2024 foi efetuada a caixa de R\$ (14.588) por meio de laudo técnico, referente a materiais obsoletos oriundos da desmobilização do CTGF, feito por empresa especializada. (iii) Em 2025 a Companhia realizou inventário físico R\$ (4.921) de todo seu estoque por meio de equipe especializada contratada. O inventário gerou um Laudo utilizado como instrumento técnico para baixas de valores de materiais que não existiam, que estavam em desuso ou que não tinham valor de mercado. (iv) Após o inventário em 2025 a Companhia reavaliou a provisão para perdas de estoques dos materiais de consumos, sendo necessário uma provisão (reversão) de R\$ (239). As provisões (reversões) de obsolescências de estoques seguem critérios específicos conforme as normas contábeis e totalizaram R\$ (1.668). A movimentação total entre provisão (reversão) de perdas e obsolescência durante o ano foi de R\$ (1.907).

8. Impostos e contribuições a recuperar

Custo prazo

	Consolidado	
	2025	2024
Pis e Cofins faturamento	45	53
Imposto de renda e contribuição social - antecipação	1.832	2.713
Outros	1	2
	1.878	2.767

continua...

Larimus Participações Ltda. e Controladas - CNPJ: 07.651.595/0001-94																																																																																																				
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)																																																																																																				
...continuação																																																																																																				
des para investimento ou a remessa de lucros e recebimentos de alienação; f) Não há obrigações contratuais para comprar, construir ou desenvolver propriedades para investimento ou para reparos, manutenção ou aumentos. Riscos e Incertezas: A entidade faz monitoramento contínuo no mercado para avaliar impactos sobre o valor da propriedade para investimento. Para sanar os principais riscos associados ao investimento as seguintes medidas foram tomadas: Reembolso de despesas Edifício: Despesas com utilidades públicas, facilities, seguros, manutenção predial, consultorias diversas, despesas bancárias necessárias a realização das despesas citadas, são todos gastos reembolsáveis pelos locatários, conforme acordo entre as partes. Fundo de reserva Edifício: Mensalmente é depositado pelos locatários valor simbólico fixo para a composição.																																																																																																				
13. Fornecedores																																																																																																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Consolidado</th> <th colspan="2"></th> </tr> <tr> <th>2025</th> <th>2024</th> <th></th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fornecedores nacionais</td> <td>7.718</td> <td>9.194</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fornecedores estrangeiros</td> <td>164</td> <td>200</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Permutas (i)</td> <td>2.405</td> <td>3.853</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>10.287</u></td> <td><u>13.248</u></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>													Consolidado				2025	2024			Fornecedores nacionais	7.718	9.194			Fornecedores estrangeiros	164	200			Permutas (i)	2.405	3.853				<u>10.287</u>	<u>13.248</u>																																																														
	Consolidado																																																																																																			
	2025	2024																																																																																																		
Fornecedores nacionais	7.718	9.194																																																																																																		
Fornecedores estrangeiros	164	200																																																																																																		
Permutas (i)	2.405	3.853																																																																																																		
	<u>10.287</u>	<u>13.248</u>																																																																																																		
(i) As permutas referem-se a contratos originários da receita de venda de espaço no jornal na controlada Empresa Folha da Manhã S.A., em contrapartida ao fornecimento de bens ou serviços, tais como passagens aéreas, publicidade em outros meios de comunicação e fornecimento de conteúdo jornalístico para empresas de Internet. O saldo ativo das permutas está apresentado na rubrica "Contas a receber de clientes" no ativo circulante.																																																																																																				
14. Adiantamentos de clientes																																																																																																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Consolidado</th> <th colspan="2"></th> </tr> <tr> <th>2025</th> <th>2024</th> <th></th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Assinaturas</td> <td>54.814</td> <td>50.174</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Publicidade</td> <td>1.887</td> <td>4.634</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Produtos editoriais</td> <td>139</td> <td>1.274</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>56.841</u></td> <td><u>56.082</u></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>													Consolidado				2025	2024			Assinaturas	54.814	50.174			Publicidade	1.887	4.634			Produtos editoriais	139	1.274				<u>56.841</u>	<u>56.082</u>																																																														
	Consolidado																																																																																																			
	2025	2024																																																																																																		
Assinaturas	54.814	50.174																																																																																																		
Publicidade	1.887	4.634																																																																																																		
Produtos editoriais	139	1.274																																																																																																		
	<u>56.841</u>	<u>56.082</u>																																																																																																		
15. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e contribuição social diferidos estão apresentados de acordo com o CPC 32 - "Tributos sobre o Lucro".																																																																																																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Consolidado</th> <th colspan="2"></th> </tr> <tr> <th>2025</th> <th>2024</th> <th></th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias</td> <td>(2.560)</td> <td>(555)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social sobre reserva de reavaliação</td> <td>290</td> <td>290</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>(2.270)</u></td> <td><u>(265)</u></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>													Consolidado				2025	2024			Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias	(2.560)	(555)			Imposto de renda e contribuição social sobre reserva de reavaliação	290	290				<u>(2.270)</u>	<u>(265)</u>																																																																			
	Consolidado																																																																																																			
	2025	2024																																																																																																		
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias	(2.560)	(555)																																																																																																		
Imposto de renda e contribuição social sobre reserva de reavaliação	290	290																																																																																																		
	<u>(2.270)</u>	<u>(265)</u>																																																																																																		
A conciliação entre a taxa efetiva e a taxa estatutária é como segue:																																																																																																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>2025</th> <th>2024</th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lucro (Prejuízo) do exercício antes do imposto e da contribuição social</td> <td>1.745.073</td> <td>662.898</td> <td>1.856.958</td> <td>736.648</td> </tr> <tr> <td>Alíquota vigente - %</td> <td>34</td> <td>34</td> <td>34</td> <td>34</td> </tr> <tr> <td>Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social em relação ao lucro antes desses impostos, de acordo com a alíquota vigente</td> <td>(593.325)</td> <td>(225.385)</td> <td>(631.366)</td> <td>(250.460)</td> </tr> <tr> <td>Resultado de equivalência patrimonial</td> <td>593.328</td> <td>225.388</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Provisão para perdas em investimentos</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>141</td> <td>569</td> </tr> <tr> <td>Diferenças permanentes</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>497.727</td> <td>143.198</td> </tr> <tr> <td>Diferido não constituído sobre diferenças temporais</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(4.994)</td> <td>2.824</td> </tr> <tr> <td>Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição Social de exercícios anteriores compensados</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>26.188</td> <td>30.124</td> </tr> <tr> <td>Diferido não constituído sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição Social</td> <td>(3)</td> <td>(3)</td> <td>(3)</td> <td>(3)</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>424</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Despesa com imposto de renda e contribuição social registrados no resultado do exercício</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(111.883)</td> <td>(73.748)</td> </tr> <tr> <td>Alíquota efetiva</td> <td>0%</td> <td>0%</td> <td>-6%</td> <td>-10%</td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social Corrente</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(109.613)</td> <td>(73.484)</td> </tr> <tr> <td>Diferido</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(2.270)</td> <td>(264)</td> </tr> </tbody> </table>													Controladora		Consolidado		2025	2024	2025	2024	Lucro (Prejuízo) do exercício antes do imposto e da contribuição social	1.745.073	662.898	1.856.958	736.648	Alíquota vigente - %	34	34	34	34	Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social em relação ao lucro antes desses impostos, de acordo com a alíquota vigente	(593.325)	(225.385)	(631.366)	(250.460)	Resultado de equivalência patrimonial	593.328	225.388	-	-	Provisão para perdas em investimentos	-	-	141	569	Diferenças permanentes	-	-	497.727	143.198	Diferido não constituído sobre diferenças temporais	-	-	(4.994)	2.824	Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição Social de exercícios anteriores compensados	-	-	26.188	30.124	Diferido não constituído sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição Social	(3)	(3)	(3)	(3)	Outros	-	-	424	-	Despesa com imposto de renda e contribuição social registrados no resultado do exercício	-	-	(111.883)	(73.748)	Alíquota efetiva	0%	0%	-6%	-10%	Imposto de renda e contribuição social Corrente	-	-	(109.613)	(73.484)	Diferido	-	-	(2.270)	(264)										
	Controladora		Consolidado																																																																																																	
	2025	2024	2025	2024																																																																																																
Lucro (Prejuízo) do exercício antes do imposto e da contribuição social	1.745.073	662.898	1.856.958	736.648																																																																																																
Alíquota vigente - %	34	34	34	34																																																																																																
Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social em relação ao lucro antes desses impostos, de acordo com a alíquota vigente	(593.325)	(225.385)	(631.366)	(250.460)																																																																																																
Resultado de equivalência patrimonial	593.328	225.388	-	-																																																																																																
Provisão para perdas em investimentos	-	-	141	569																																																																																																
Diferenças permanentes	-	-	497.727	143.198																																																																																																
Diferido não constituído sobre diferenças temporais	-	-	(4.994)	2.824																																																																																																
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição Social de exercícios anteriores compensados	-	-	26.188	30.124																																																																																																
Diferido não constituído sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição Social	(3)	(3)	(3)	(3)																																																																																																
Outros	-	-	424	-																																																																																																
Despesa com imposto de renda e contribuição social registrados no resultado do exercício	-	-	(111.883)	(73.748)																																																																																																
Alíquota efetiva	0%	0%	-6%	-10%																																																																																																
Imposto de renda e contribuição social Corrente	-	-	(109.613)	(73.484)																																																																																																
Diferido	-	-	(2.270)	(264)																																																																																																
Em 2025, diante da falta de recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social em períodos anteriores, a Empresa deixou de constituir o crédito fiscal diferido ativo sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias. Os montantes não constituídos relativos ao imposto de renda e a contribuição social, diferidos ativos, não circulantes, são como segue:																																																																																																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>2025</th> <th>2024</th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Prejuízo fiscal</td> <td>284</td> <td>274</td> <td>1.392</td> <td>73.140</td> </tr> <tr> <td>Diferenças temporárias do imposto de renda</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>15.528</td> <td>(6.673)</td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>284</u></td> <td><u>274</u></td> <td><u>16.920</u></td> <td><u>66.467</u></td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda diferido (25%)</td> <td>71</td> <td>69</td> <td>4.230</td> <td>16.617</td> </tr> <tr> <td>Base negativa de contribuição social</td> <td>284</td> <td>274</td> <td>2.782</td> <td>79.796</td> </tr> <tr> <td>Diferenças temporárias da contribuição social</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>15.528</td> <td>(6.673)</td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>284</u></td> <td><u>274</u></td> <td><u>18.310</u></td> <td><u>73.123</u></td> </tr> <tr> <td>Contribuição social diferida (9%)</td> <td>26</td> <td>24</td> <td>1.648</td> <td>6.581</td> </tr> </tbody> </table>													Controladora		Consolidado		2025	2024	2025	2024	Prejuízo fiscal	284	274	1.392	73.140	Diferenças temporárias do imposto de renda	-	-	15.528	(6.673)		<u>284</u>	<u>274</u>	<u>16.920</u>	<u>66.467</u>	Imposto de renda diferido (25%)	71	69	4.230	16.617	Base negativa de contribuição social	284	274	2.782	79.796	Diferenças temporárias da contribuição social	-	-	15.528	(6.673)		<u>284</u>	<u>274</u>	<u>18.310</u>	<u>73.123</u>	Contribuição social diferida (9%)	26	24	1.648	6.581																																								
	Controladora		Consolidado																																																																																																	
	2025	2024	2025	2024																																																																																																
Prejuízo fiscal	284	274	1.392	73.140																																																																																																
Diferenças temporárias do imposto de renda	-	-	15.528	(6.673)																																																																																																
	<u>284</u>	<u>274</u>	<u>16.920</u>	<u>66.467</u>																																																																																																
Imposto de renda diferido (25%)	71	69	4.230	16.617																																																																																																
Base negativa de contribuição social	284	274	2.782	79.796																																																																																																
Diferenças temporárias da contribuição social	-	-	15.528	(6.673)																																																																																																
	<u>284</u>	<u>274</u>	<u>18.310</u>	<u>73.123</u>																																																																																																
Contribuição social diferida (9%)	26	24	1.648	6.581																																																																																																
Parcela do prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sem constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos por incerteza de realização (97) (93) (598) (25.467)																																																																																																				
Parcela de diferenças temporárias sem constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos por incerteza de realização - (5.280) 2.269																																																																																																				
O saldo de prejuízo fiscal e de base negativa, por empresa, no consolidado, está assim demonstrado:																																																																																																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">2025</th> <th colspan="2">2024</th> </tr> <tr> <th>Imposto de renda</th> <th>Contribuição social</th> <th>Imposto de renda</th> <th>Contribuição social</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Larimus Participações Ltda.</td> <td>284</td> <td>284</td> <td>274</td> <td>274</td> </tr> <tr> <td>Empresa Folha da Manhã S.A.</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>71.577</td> <td>77.022</td> </tr> <tr> <td>Datafolha Instituto de Pesquisas Ltda. (*)</td> <td>512</td> <td>1.856</td> <td>512</td> <td>1.856</td> </tr> <tr> <td>Companhia Paulista Editora e de Jornais S.A.</td> <td>225</td> <td>269</td> <td>227</td> <td>271</td> </tr> <tr> <td>Notícias Populares S.A.</td> <td>371</td> <td>373</td> <td>370</td> <td>373</td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>1.392</u></td> <td><u>2.782</u></td> <td><u>73.140</u></td> <td><u>79.796</u></td> </tr> </tbody> </table>													2025		2024		Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Larimus Participações Ltda.	284	284	274	274	Empresa Folha da Manhã S.A.	-	-	71.577	77.022	Datafolha Instituto de Pesquisas Ltda. (*)	512	1.856	512	1.856	Companhia Paulista Editora e de Jornais S.A.	225	269	227	271	Notícias Populares S.A.	371	373	370	373		<u>1.392</u>	<u>2.782</u>	<u>73.140</u>	<u>79.796</u>																																																		
	2025		2024																																																																																																	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social																																																																																																
Larimus Participações Ltda.	284	284	274	274																																																																																																
Empresa Folha da Manhã S.A.	-	-	71.577	77.022																																																																																																
Datafolha Instituto de Pesquisas Ltda. (*)	512	1.856	512	1.856																																																																																																
Companhia Paulista Editora e de Jornais S.A.	225	269	227	271																																																																																																
Notícias Populares S.A.	371	373	370	373																																																																																																
	<u>1.392</u>	<u>2.782</u>	<u>73.140</u>	<u>79.796</u>																																																																																																
(*) A partir do período de 2024, a controlada indireta Datafolha Instituto de Pesquisas Ltda. passou a ser tributada pelo regime do lucro presumido. Em função deste regime tributário, o saldo de prejuízos fiscais e bases negativas permaneceram sem movimentação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados no passivo não circulante, são como segue:																																																																																																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Consolidado</th> <th colspan="2"></th> </tr> <tr> <th>2025</th> <th>2024</th> <th></th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste de valor justo de outros Investimentos.</td> <td>1.116.131</td> <td>1.583.108</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reserva de reavaliação.</td> <td>13.143</td> <td>13.434</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre receitas diferidas.</td> <td>5.269</td> <td>2.709</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>1.134.543</u></td> <td><u>1.599.251</u></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>													Consolidado				2025	2024			Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste de valor justo de outros Investimentos.	1.116.131	1.583.108			Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reserva de reavaliação.	13.143	13.434			Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre receitas diferidas.	5.269	2.709				<u>1.134.543</u>	<u>1.599.251</u>																																																														
	Consolidado																																																																																																			
	2025	2024																																																																																																		
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste de valor justo de outros Investimentos.	1.116.131	1.583.108																																																																																																		
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reserva de reavaliação.	13.143	13.434																																																																																																		
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre receitas diferidas.	5.269	2.709																																																																																																		
	<u>1.134.543</u>	<u>1.599.251</u>																																																																																																		
16. Provisão para demandas judiciais: A controlada Empresa Folha da Manhã S.A. e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, tributários e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias administrativa e judicial, são estabelecidas por valores atualizados com base nas estimativas de perdas prováveis classificadas pelos advogados responsáveis por cada processo. Na opinião da administração, todos os processos judiciais foram adequadamente provisionados e para aqueles não provisionados a administração, em conjunto com seus consultores jurídicos, entendem que as perspectivas de perda são remotas ou de possíveis resultados a favor da Empresa. Os valores provisionados no passivo não circulante, líquidos dos depósitos compulsórios e judiciais, estão apresentados conforme segue:																																																																																																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Consolidado</th> <th colspan="2"></th> </tr> <tr> <th>2025</th> <th>2024</th> <th></th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Trabalhistas (i)</td> <td>68.924</td> <td>63.608</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Tributários (iii)</td> <td>104.959</td> <td>93.100</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Cíveis (ii)</td> <td>34.039</td> <td>36.948</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>207.922</u></td> <td><u>193.656</u></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>													Consolidado				2025	2024			Trabalhistas (i)	68.924	63.608			Tributários (iii)	104.959	93.100			Cíveis (ii)	34.039	36.948				<u>207.922</u>	<u>193.656</u>																																																														
	Consolidado																																																																																																			
	2025	2024																																																																																																		
Trabalhistas (i)	68.924	63.608																																																																																																		
Tributários (iii)	104.959	93.100																																																																																																		
Cíveis (ii)	34.039	36.948																																																																																																		
	<u>207.922</u>	<u>193.656</u>																																																																																																		
(i) Referem-se a reclamações de ex-empregados. Não há nenhum processo individual de valor relevante que justifique divulgação específica. (ii) São decorrentes, principalmente, de rescisões de contratos comerciais e ações indenizatórias. (iii) São decorrentes, de ações tributárias para ressarcimento e recuperação de tributos municipais, estaduais e federais.																																																																																																				
a) Movimentação da provisão para contingências:																																																																																																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Consolidado</th> <th colspan="2">Variação monetária</th> <th colspan="2">Compensação de depósitos judiciais</th> <th rowspan="2">2025</th> </tr> <tr> <th>2024</th> <th>Adições</th> <th>Reversões</th> <th></th> <th>2024</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Trabalhistas</td> <td>63.608</td> <td>14.512</td> <td>(5.159)</td> <td>(9.260)</td> <td>5.366</td> <td>(143)</td> <td>68.924</td> </tr> <tr> <td>Tributária</td> <td>93.100</td> <td>10.962</td> <td>-</td> <td>(6.265)</td> <td>7.162</td> <td>-</td> <td>104.959</td> </tr> <tr> <td>Cíveis</td> <td>36.948</td> <td>1.857</td> <td>(1.446)</td> <td>(5.433)</td> <td>2.113</td> <td>-</td> <td>34.039</td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>193.656</u></td> <td><u>27.331</u></td> <td><u>(6.605)</u></td> <td><u>(20.958)</u></td> <td><u>14.641</u></td> <td><u>(143)</u></td> <td><u>207.922</u></td> </tr> </tbody> </table>													Consolidado		Variação monetária		Compensação de depósitos judiciais		2025	2024	Adições	Reversões		2024		Trabalhistas	63.608	14.512	(5.159)	(9.260)	5.366	(143)	68.924	Tributária	93.100	10.962	-	(6.265)	7.162	-	104.959	Cíveis	36.948	1.857	(1.446)	(5.433)	2.113	-	34.039		<u>193.656</u>	<u>27.331</u>	<u>(6.605)</u>	<u>(20.958)</u>	<u>14.641</u>	<u>(143)</u>	<u>207.922</u>																																											
	Consolidado		Variação monetária		Compensação de depósitos judiciais		2025																																																																																													
	2024	Adições	Reversões		2024																																																																																															
Trabalhistas	63.608	14.512	(5.159)	(9.260)	5.366	(143)	68.924																																																																																													
Tributária	93.100	10.962	-	(6.265)	7.162	-	104.959																																																																																													
Cíveis	36.948	1.857	(1.446)	(5.433)	2.113	-	34.039																																																																																													
	<u>193.656</u>	<u>27.331</u>	<u>(6.605)</u>	<u>(20.958)</u>	<u>14.641</u>	<u>(143)</u>	<u>207.922</u>																																																																																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Consolidado</th> <th colspan="2">Variação monetária</th> <th colspan="2">Compensação de depósitos judiciais</th> <th rowspan="2">2024</th> </tr> <tr> <th>2023</th> <th>Adições</th> <th>Reversões</th> <th></th> <th>2023</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Trabalhistas</td> <td>63.893</td> <td>10.396</td> <td>(5.231)</td> <td>(9.511)</td> <td>4.509</td> <td>(448)</td> <td>63.608</td> </tr> <tr> <td>Tributária</td> <td>93.017</td> <td>7.828</td> <td>-</td> <td>(9.240)</td> <td>1.495</td> <td>-</td> <td>93.100</td> </tr> <tr> <td>Cíveis</td> <td>30.768</td> <td>2.008</td> <td>(897)</td> <td>(199)</td> <td>5.333</td> <td>(65)</td> <td>36.948</td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>187.678</u></td> <td><u>20.232</u></td> <td><u>(6.128)</u></td> <td><u>(18.950)</u></td> <td><u>11.337</u></td> <td><u>(513)</u></td> <td><u>193.656</u></td> </tr> </tbody> </table>													Consolidado		Variação monetária		Compensação de depósitos judiciais		2024	2023	Adições	Reversões		2023		Trabalhistas	63.893	10.396	(5.231)	(9.511)	4.509	(448)	63.608	Tributária	93.017	7.828	-	(9.240)	1.495	-	93.100	Cíveis	30.768	2.008	(897)	(199)	5.333	(65)	36.948		<u>187.678</u>	<u>20.232</u>	<u>(6.128)</u>	<u>(18.950)</u>	<u>11.337</u>	<u>(513)</u>	<u>193.656</u>																																											
	Consolidado		Variação monetária		Compensação de depósitos judiciais		2024																																																																																													
	2023	Adições	Reversões		2023																																																																																															
Trabalhistas	63.893	10.396	(5.231)	(9.511)	4.509	(448)	63.608																																																																																													
Tributária	93.017	7.828	-	(9.240)	1.495	-	93.100																																																																																													
Cíveis	30.768	2.008	(897)	(199)	5.333	(65)	36.948																																																																																													
	<u>187.678</u>	<u>20.232</u>	<u>(6.128)</u>	<u>(18.950)</u>	<u>11.337</u>	<u>(513)</u>	<u>193.656</u>																																																																																													
b) Contingências cíveis classificadas como possíveis: As contingências cíveis não provisionadas com probabilidade de desfecho possíveis, na controladora, contém o montante de R\$25.520, em 2025 (R\$16.978, em 2024) e no Consolidado, o montante de R\$25.520 em 2025 (R\$16.978 em 2024). São decorrentes, principalmente, de rescisões de contratos comerciais e ações indenizatórias. c) Contingências tributárias classificadas como possíveis: Impostos e contribuições a recolher em discussão e não provisionados, cuja probabilidade de perda é estimada como possível pelos assessores jurídicos externos. Os valores não provisionados de contingências tributárias possíveis são como segue:																																																																																																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Consolidado</th> <th colspan="2"></th> </tr> <tr> <th>2025</th> <th>2024</th> <th></th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>PIS e COFINS</td> <td>34.299</td> <td>32.914</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>IRPJ e CSLL</td> <td>83.186</td> <td>78.189</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>ICMS</td> <td>71.463</td> <td>66.959</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>INSS</td> <td>119.632</td> <td>107.062</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>IPTU</td> <td>23.207</td> <td>21.305</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>FGTS</td> <td>341</td> <td>313</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>ISS</td> <td>7.562</td> <td>7.153</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>IP</td> <td>4.714</td> <td>3.018</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>344.405</u></td> <td><u>316.912</u></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>													Consolidado				2025	2024			PIS e COFINS	34.299	32.914			IRPJ e CSLL	83.186	78.189			ICMS	71.463	66.959			INSS	119.632	107.062			IPTU	23.207	21.305			FGTS	341	313			ISS	7.562	7.153			IP	4.714	3.018				<u>344.405</u>	<u>316.912</u>																																					
	Consolidado																																																																																																			
	2025	2024																																																																																																		
PIS e COFINS	34.299	32.914																																																																																																		
IRPJ e CSLL	83.186	78.189																																																																																																		
ICMS	71.463	66.959																																																																																																		
INSS	119.632	107.062																																																																																																		
IPTU	23.207	21.305																																																																																																		
FGTS	341	313																																																																																																		
ISS	7.562	7.153																																																																																																		
IP	4.714	3.018																																																																																																		
	<u>344.405</u>	<u>316.912</u>																																																																																																		
d) Movimentação dos depósitos judiciais: Os valores de depósitos compulsórios e judiciais apresentados no ativo não circulante, estão assim distribuídos:																																																																																																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Consolidado</th> <th colspan="2">Realização por encerramento de processos</th> <th colspan="2">Atualização monetária</th> <th rowspan="2">2025</th> </tr> <tr> <th>2024</th> <th>Provisão para perdas</th> <th>Novos depósitos</th> <th></th> <th>2024</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Trabalhistas</td> <td>7.060</td> <td>(998)</td> <td>295</td> <td>(839)</td> <td>389</td> <td>5.908</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Cíveis</td> <td>93</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(22)</td> <td>8</td> <td>78</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Tributários</td> <td>30.019</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(781)</td> <td>2.203</td> <td>31.440</td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>37.172</u></td> <td><u>(998)</u></td> <td><u>295</u></td> <td><u>(1.642)</u></td> <td><u>2.600</u></td> <td><u>37.427</u></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>													Consolidado		Realização por encerramento de processos		Atualização monetária		2025	2024	Provisão para perdas	Novos depósitos		2024		Trabalhistas	7.060	(998)	295	(839)	389	5.908		Cíveis	93	-	-	(22)	8	78		Tributários	30.019	-	-	(781)	2.203	31.440			<u>37.172</u>	<u>(998)</u>	<u>295</u>	<u>(1.642)</u>	<u>2.600</u>	<u>37.427</u>																																												
	Consolidado		Realização por encerramento de processos		Atualização monetária		2025																																																																																													
	2024	Provisão para perdas	Novos depósitos		2024																																																																																															
Trabalhistas	7.060	(998)	295	(839)	389	5.908																																																																																														
Cíveis	93	-	-	(22)	8	78																																																																																														
Tributários	30.019	-	-	(781)	2.203	31.440																																																																																														
	<u>37.172</u>	<u>(998)</u>	<u>295</u>	<u>(1.642)</u>	<u>2.600</u>	<u>37.427</u>																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Consolidado</th> <th colspan="2">Realização por encerramento de processos</th> <th colspan="2">Atualização monetária</th> <th rowspan="2">2024</th> </tr> <tr> <th>2023</th> <th>Provisão para perdas</th> <th>Novos depósitos</th> <th></th> <th>2023</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Trabalhistas</td> <td>8.037</td> <td>(529)</td> <td>1.902</td> <td>(2.619)</td> <td>269</td> <td>7.060</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Cíveis</td> <td>162</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(74)</td> <td>5</td> <td>93</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Tributários</td> <td>28.632</td> <td>-</td> <td>92</td> <td>(32)</td> <td>1.326</td> <td>30.019</td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>36.832</u></td> <td><u>(529)</u></td> <td><u>1.994</u></td> <td><u>(2.725)</u></td> <td><u>1.601</u></td> <td><u>37.172</u></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>													Consolidado		Realização por encerramento de processos		Atualização monetária		2024	2023	Provisão para perdas	Novos depósitos		2023		Trabalhistas	8.037	(529)	1.902	(2.619)	269	7.060		Cíveis	162	-	-	(74)	5	93		Tributários	28.632	-	92	(32)	1.326	30.019			<u>36.832</u>	<u>(529)</u>	<u>1.994</u>	<u>(2.725)</u>	<u>1.601</u>	<u>37.172</u>																																												
	Consolidado		Realização por encerramento de processos		Atualização monetária		2024																																																																																													
	2023	Provisão para perdas	Novos depósitos		2023																																																																																															
Trabalhistas	8.037	(529)	1.902	(2.619)	269	7.060																																																																																														
Cíveis	162	-	-	(74)	5	93																																																																																														
Tributários	28.632	-	92	(32)	1.326	30.019																																																																																														
	<u>36.832</u>	<u>(529)</u>	<u>1.994</u>	<u>(2.725)</u>	<u>1.601</u>	<u>37.172</u>																																																																																														
e) Depósitos judiciais mantidos sobre contingências classificadas como possíveis: A controlada Empresa Folha da Manhã S/A e suas controladas mantêm depósitos compulsórios e judiciais possíveis para manutenção dos questionamentos. Os valores de depósitos compulsórios e judiciais na controladora montam R\$ 17.242 em 2025 e no consolidado R\$ 17.243, na controladora (R\$15.836, em 2024) e no consolidado (R\$15.836 em 2024).																																																																																																				
17. Impostos e contribuições a recolher																																																																																																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Consolidado</th> <th colspan="2"></th> </tr> <tr> <th>2025</th> <th>2024</th> <th></th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ICMS</td> <td>20</td> <td>236</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>ISS</td> <td>191</td> <td>276</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>PIS e COFINS</td> <td>12.974</td> <td>8.203</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>IRPJ/CSLL</td> <td>14.754</td> <td>4.880</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>INSS</td> <td>529</td> <td>444</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>IRRF</td> <td>2.812</td> <td>2.341</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>OUTROS</td> <td>162</td> <td>211</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>31.442</u></td> <td><u>16.591</u></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>													Consolidado				2025	2024			ICMS	20	236			ISS	191	276			PIS e COFINS	12.974	8.203			IRPJ/CSLL	14.754	4.880			INSS	529	444			IRRF	2.812	2.341			OUTROS	162	211				<u>31.442</u>	<u>16.591</u>																																										
	Consolidado																																																																																																			
	2025	2024																																																																																																		
ICMS	20	236																																																																																																		
ISS	191	276																																																																																																		
PIS e COFINS	12.974	8.203																																																																																																		
IRPJ/CSLL	14.754	4.880																																																																																																		
INSS	529	444																																																																																																		
IRRF	2.812	2.341																																																																																																		
OUTROS	162	211																																																																																																		
	<u>31.442</u>	<u>16.591</u>																																																																																																		
São Impostos e contribuições municipais, estaduais e federais a recolher de operações da controlada Empresa Folha da Manhã e suas controladas, calculados dentro das competências e pagos mensalmente a cada período de apuração. 18. Patrimônio líquido - a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Empresa era de R\$39.447, representado por 13.555.564 quotas. b) Reserva de reavaliação: A controlada Empresa Folha da Manhã S.A., em anos anteriores, reavaliou parcialmente os bens registrados no ativo imobilizado. A controlada optou pela manutenção do saldo da reserva de reavaliação até sua efetiva realização. c) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo acumulado e aumentar o capital. d) Reserva para retenção de lucros: A reserva para retenção de lucros registra a retenção do saldo remanescente dos lucros acumulados deliberados pelos acionistas. Em 31/12/2025 o saldo desta reserva foi acrescido no montante de R\$ 1.660.469, com esta destinação o saldo desta reserva passou a totalizar R\$ 2.531.914. e) Direitos das ações: O lucro líquido do exercício, quando constituído, terá a destinação que lhe for determinada pelos sócios, observando-se as disposições legais aplicáveis. f) Lucros (prejuízos) Acumulados: A administração propõe a seguinte destinação para o saldo remanescente de lucros R\$ 1.745.636 do lucro líquido do exercício, demonstrado como segue:																																																																																																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Consolidado</th> <th colspan="2"></th> </tr> <tr> <th>2025</th> <th>2024</th> <th></th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lucro líquido do exercício</td> <td>1.745.072</td> <td>564</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Realização de reserva de reavaliação líquidas de tributos</td> <td>-</td> <td>564</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Saldo remanescente de lucros</td> <td>1.745.636</td> <td>-</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>													Consolidado				2025	2024			Lucro líquido do exercício	1.745.072	564			Realização de reserva de reavaliação líquidas de tributos	-	564			Saldo remanescente de lucros	1.745.636	-																																																																			
	Consolidado																																																																																																			
	2025	2024																																																																																																		
Lucro líquido do exercício	1.745.072	564																																																																																																		
Realização de reserva de reavaliação líquidas de tributos	-	564																																																																																																		
Saldo remanescente de lucros	1.745.636	-																																																																																																		
f.1) Dividendos: Os dividendos a pagar foram calculados como segue:																																																																																																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>2025</th> <th>2024</th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</td> <td>1.745.072</td> <td>564</td> <td>1.745.072</td> <td>564</td> </tr> <tr> <td>Base para cálculo dos dividendos</td> <td>1.745.072</td> <td>564</td> <td>1.745.072</td> <td>564</td> </tr> <tr> <td>Percentual</td> <td>5%</td> <td>5%</td> <td>5%</td> <td>5%</td> </tr> <tr> <td>Dividendos mínimos calculados</td> <td>87.254</td> <td>28.200</td> <td>87.254</td> <td>28.200</td> </tr> <tr> <td>Limite de Caixa Operacional (Controladora)</td> <td>85.167</td> <td>28.200</td> <td>85.167</td> <td>28.200</td> </tr> <tr> <td>Dividendos mínimos a distribuir</td> <td>85.167</td> <td>28.200</td> <td>85.167</td> <td>28.200</td> </tr> </tbody> </table>													Controladora		Consolidado		2025	2024	2025	2024	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.745.072	564	1.745.072	564	Base para cálculo dos dividendos	1.745.072	564	1.745.072	564	Percentual	5%	5%	5%	5%	Dividendos mínimos calculados	87.254	28.200	87.254	28.200	Limite de Caixa Operacional (Controladora)	85.167	28.200	85.167	28.200	Dividendos mínimos a distribuir	85.167	28.200	85.167	28.200																																																		
	Controladora		Consolidado																																																																																																	
	2025	2024	2025	2024																																																																																																
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.745.072	564	1.745.072	564																																																																																																
Base para cálculo dos dividendos	1.745.072	564	1.745.072	564																																																																																																
Percentual	5%	5%	5%	5%																																																																																																
Dividendos mínimos calculados	87.254	28.200	87.254	28.200																																																																																																
Limite de Caixa Operacional (Controladora)	85.167	28.200	85.167	28.200																																																																																																
Dividendos mínimos a distribuir	85.167	28.200	85.167	28.200																																																																																																
g) Os saldos de dividendos a pagar de curto e longo prazo está composto:																																																																																																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Consolidado</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>2025</th> <th>2024</th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo de dividendos a pagar</td> <td>92.456</td> <td>44.019</td> <td>92.456</td> <td>44.019</td> </tr> <tr> <td>Circulante</td> <td>5.031</td> <td>6.673</td> <td>5.031</td> <td>6.673</td> </tr> <tr> <td>Não circulante</td> <td>87.425</td> <td>37.346</td> <td>87.425</td> <td>37.346</td> </tr> </tbody> </table>													Consolidado		Consolidado		2025	2024	2025	2024	Saldo de dividendos a pagar	92.456	44.019	92.456	44.019	Circulante	5.031	6.673	5.031	6.673	Não circulante	87.425	37.346	87.425	37.346																																																																	
	Consolidado		Consolidado																																																																																																	
	2025	2024	2025	2024																																																																																																
Saldo de dividendos a pagar	92.456	44.019	92.456	44.019																																																																																																
Circulante	5.031	6.673	5.031	6.673																																																																																																
Não circulante	87.425	37.346	87.425	37.346																																																																																																
h) Ajustes de avaliação patrimonial: Conforme estabelecido pelo CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, revogando o CPC 38 - Instrumentos Financeiros, o investimento na investida OFL Participações S.A., foi avaliado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, pela Empresa. Na OFL Participações S.A. os ajustes decorrem de seus valores patrimoniais e das investidas indiretas Universo Online S.A., conforme detalhado na Nota 10.c.																																																																																																				
OFL Participações S/A																																																																																																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Consolidado</th> <th colspan="2"></th> </tr> <tr> <th>2025</th> <th>2024</th> <th></th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ganhos (perdas) atuariais</td> <td>2.166.603</td> <td>3.073.088</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>2.762</u></td> <td><u>1.937</u></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>2.169.365</u></td> <td><u>3.075.025</u></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>													Consolidado				2025	2024			Ganhos (perdas) atuariais	2.166.603	3.073.088				<u>2.762</u>	<u>1.937</u>				<u>2.169.365</u>	<u>3.075.025</u>																																																																			
	Consolidado																																																																																																			
	2025	2024																																																																																																		
Ganhos (perdas) atuariais	2.166.603	3.073.088																																																																																																		
	<u>2.762</u>	<u>1.937</u>																																																																																																		
	<u>2.169.365</u>	<u>3.075.025</u>																																																																																																		
Adicionalmente, as perdas atuariais, são também registrados como ajuste de avaliação patrimonial, conforme detalhado na Nota 22.																																																																																																				
19. Receita líquida - a) Receita de bens ou serviços																																																																																																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Consolidado</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>2025</th> <th>2024</th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receita bruta de assinaturas</td> <td>127.312</td> <td>127.737</td> <td>127.312</td> <td>127.737</td> </tr> <tr> <td>Deduções da receita bruta de assinaturas</td> <td>(6.226)</td> <td>(6.658)</td> <td>(6.226)</td> <td>(6.658)</td> </tr> <tr> <td>Receita de publicidade</td> <td>156.679</td> <td>136.333</td> <td>156.679</td> <td>136.333</td> </tr> <tr> <td>Deduções da receita bruta de publicidade</td> <td>(7.300)</td> <td>(6.724)</td> <td>(7.300)</td> <td>(6.724)</td> </tr> <tr> <td>Receita de venda avulsa</td> <td>6.104</td> <td>7.734</td> <td>6.104</td> <td>7.734</td> </tr> <tr> <td>Deduções de receita de venda avulsa</td> <td>(1.833)</td> <td>(2.376)</td> <td>(1.833)</td> <td>(2.376)</td> </tr> <tr> <td>Receita de impressão de jornais</td> <td>1.295</td> <td>1.249</td> <td>1.295</td> <td>1.249</td> </tr> <tr> <td>Receita de venda de livros</td> <td>217</td> <td>5.740</td> <td>217</td> <td>5.740</td> </tr> <tr> <td>Dedução de receita de venda de livros</td> <td>(51)</td> <td>(832)</td> <td>(51)</td> <td>(832)</td> </tr> <tr> <td>Receita de pesquisa de mercado</td> <td>21.747</td> <td>27.280</td> <td>21.747</td> <td>27.280</td> </tr> <tr> <td>Deduções com receita de pesquisas de mercado</td> <td>(1.856)</td> <td>(2.411)</td> <td>(1.856)</td> <td>(2.411)</td> </tr> <tr> <td>Conteúdo jornalístico</td> <td>29.072</td> <td>25.083</td> <td>29.072</td> <td>25.083</td> </tr> <tr> <td>Deduções de conteúdo Jornalístico</td> <td>(1.532)</td> <td>(1.581)</td> <td>(1.532)</td> <td>(1.581)</td> </tr> <tr> <td>Renda de Aluguel</td> <td>10.465</td> <td>3.838</td> <td>10.465</td> <td>3.838</td> </tr> <tr> <td>Deduções de Renda de Aluguel</td> <td>(382)</td> <td>(140)</td> <td>(382)</td> <td>(140)</td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>333.711</u></td> <td><u>314.272</u></td> <td><u>333.711</u></td> <td><u>314.272</u></td> </tr> </tbody> </table>													Consolidado		Consolidado		2025	2024	2025	2024	Receita bruta de assinaturas	127.312	127.737	127.312	127.737	Deduções da receita bruta de assinaturas	(6.226)	(6.658)	(6.226)	(6.658)	Receita de publicidade	156.679	136.333	156.679	136.333	Deduções da receita bruta de publicidade	(7.300)	(6.724)	(7.300)	(6.724)	Receita de venda avulsa	6.104	7.734	6.104	7.734	Deduções de receita de venda avulsa	(1.833)	(2.376)	(1.833)	(2.376)	Receita de impressão de jornais	1.295	1.249	1.295	1.249	Receita de venda de livros	217	5.740	217	5.740	Dedução de receita de venda de livros	(51)	(832)	(51)	(832)	Receita de pesquisa de mercado	21.747	27.280	21.747	27.280	Deduções com receita de pesquisas de mercado	(1.856)	(2.411)	(1.856)	(2.411)	Conteúdo jornalístico	29.072	25.083	29.072	25.083	Deduções de conteúdo Jornalístico	(1.532)	(1.581)	(1.532)	(1.581)	Renda de Aluguel	10.465	3.838	10.465	3.838	Deduções de Renda de Aluguel	(382)	(140)	(382)	(140)		<u>333.711</u>	<u>314.272</u>	<u>333.711</u>	<u>314.272</u>
	Consolidado		Consolidado																																																																																																	
	2025	2024	2025	2024																																																																																																
Receita bruta de assinaturas	127.312	127.737	127.312	127.737																																																																																																
Deduções da receita bruta de assinaturas	(6.226)	(6.658)	(6.226)	(6.658)																																																																																																
Receita de publicidade	156.679	136.333	156.679	136.333																																																																																																
Deduções da receita bruta de publicidade	(7.300)	(6.724)	(7.300)	(6.724)																																																																																																
Receita de venda avulsa	6.104	7.734	6.104	7.734																																																																																																
Deduções de receita de venda avulsa	(1.833)	(2.376)	(1.833)	(2.376)																																																																																																
Receita de impressão de jornais	1.295	1.249	1.295	1.249																																																																																																
Receita de venda de livros	217	5.740	217	5.740																																																																																																
Dedução de receita de venda de livros	(51)	(832)	(51)	(832)																																																																																																
Receita de pesquisa de mercado	21.747	27.280	21.747	27.280																																																																																																
Deduções com receita de pesquisas de mercado	(1.856)	(2.411)	(1.856)	(2.411)																																																																																																
Conteúdo jornalístico	29.072	25.083	29.072	25.083																																																																																																
Deduções de conteúdo Jornalístico	(1.532)	(1.581)	(1.532)	(1.581)																																																																																																
Renda de Aluguel	10.465	3.838	10.465	3.838																																																																																																
Deduções de Renda de Aluguel	(382)	(140)	(382)	(140)																																																																																																
	<u>333.711</u>	<u>314.272</u>	<u>333.711</u>	<u>314.272</u>																																																																																																
b) Momento da transferência ao cliente																																																																																																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Consolidado</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>2025</th> <th>2024</th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Vendas avulsas de jornais</td> <td>4.271</td> <td>5.358</td> <td>4.271</td> <td>5.358</td> </tr> <tr> <td>Receita de impressão de jornais</td> <td>1.295</td> <td>1.249</td> <td>1.295</td> <td>1.249</td> </tr> <tr> <td>Receita de venda de livros</td> <td>166</td> <td>4.908</td> <td>166</td> <td>4.908</td> </tr> <tr> <td>Conteúdo jornalístico</td> <td>27.540</td> <td>23.502</td> <td>27.540</td> <td>23.502</td> </tr> <tr> <td>Transferida em momento específico no tempo</td> <td>33.272</td> <td>35.017</td> <td>33.272</td> <td>35.017</td> </tr> <tr> <td>Assinaturas de jornais</td> <td>12</td></tr></tbody></table>													Consolidado		Consolidado		2025	2024	2025	2024	Vendas avulsas de jornais	4.271	5.358	4.271	5.358	Receita de impressão de jornais	1.295	1.249	1.295	1.249	Receita de venda de livros	166	4.908	166	4.908	Conteúdo jornalístico	27.540	23.502	27.540	23.502	Transferida em momento específico no tempo	33.272	35.017	33.272	35.017	Assinaturas de jornais	12																																																					
	Consolidado		Consolidado																																																																																																	
	2025	2024	2025	2024																																																																																																
Vendas avulsas de jornais	4.271	5.358	4.271	5.358																																																																																																
Receita de impressão de jornais	1.295	1.249	1.295	1.249																																																																																																
Receita de venda de livros	166	4.908	166	4.908																																																																																																
Conteúdo jornalístico	27.540	23.502	27.540	23.502																																																																																																
Transferida em momento específico no tempo	33.272	35.017	33.272	35.017																																																																																																
Assinaturas de jornais	12																																																																																																			

Larimus Participações Ltda. e Controladas - CNPJ: 07.651.595/0001-94

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

...continuação

S.A. tem participação societária de 100% da Kyra Empreendimentos Imobiliários Ltda e em suas demonstrações consolidadas a empresa registrou o galpão adquirido como propriedade para investimento. Em 2025 a Empresa Folha da Manhã S.A. para fins de expandir as atividades da empresa Kyra Empreendimentos Imobiliários Ltda, fez um aumento de capital em sua controlada bem como a ampliação do objeto social. A Kyra por sua vez adquiriu um edifício em Pinheiros-SP denominado como "Edifício Athenas" que foi registrado na empresa como propriedade para investimento. Também em 2025 a Empresa Folha da Manhã S.A., a fim de administrar novos investimentos a serem realizados nos termos do objeto social da Companhia aprovou junto aos seus órgãos societários a criação da empresa Kyra Investimentos Ltda, sob o CNPJ de número 63.965.037/0001-74. O capital da nova sociedade será formado por adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) ou por aportes feitos do caixa livre da companhia que não esteja ligado a atividades operacionais. Por unanimidade, em 18 de agosto de 2025 em observância à deliberação da reunião prévia de acionistas da Folha Participações S.A. realizada em 06 de agosto de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Empresa Folha da Manhã S.A., no montante de R\$ 264.737.000,00 (duzentos e sessenta e quatro milhões e setecentos e trinta e sete mil reais), mediante capitalização de reservas de lucros, sem a emissão de novas ações, nos termos do artigo 169, §1º da Lei das S.A., de modo que o capital social da Companhia passará dos atuais R\$ 152.311.983,58 (cento e cinquenta e dois milhões, trezentos e onze mil, novecentos e oitenta e três reais e cinquenta e oito centavos) para R\$417.048.983,58 (quatrocentos e dezesseis milhões, quarenta e oito mil, novecentos e oitenta e três reais e cinquenta e oito centavos). 26. Outros comentários: (a) Conflito entre Rússia e Ucrânia e conflito no Oriente Médio. O conflito iniciado em fevereiro de 2022 pela Rússia com a invasão a regiões da Ucrânia, que inicialmente se esperava ser breve, acabou se prolongando e expandindo impactos ao redor do mundo, incluindo sanções e retaliações econômicas entre países. Em 07/10/2023 também foi deflagrado o conflito no Oriente Médio, a partir de ataque do Hamas a Israel. Em 2025, observou-se a intensificação no conflito, bem como o aumento da participação e influência dos Estados Unidos (EUA) nesse contexto, seja por meio de ações diplomáticas, seja por presença militar estratégica na região. Tal cenário elevou o nível de incerteza nos mercados globais, com reflexos diretos sobre os preços internacionais de energia e volatilidade dos mercados financeiros. Adicionalmente, o ambiente econômico dos EUA permanece caracterizado por políticas monetárias restritivas, volatilidade cambial e incertezas quanto à condução da política fiscal e comercial, fatores que têm influenciado o fluxo de capitais internacionais, as taxas de juros globais e o comportamento das principais moedas. A Administração da Companhia não identificou impactos financeiros nas operações, mas, monitora continuamente o andamento do conflito, para avaliar eventuais impactos sobre seus negócios. (b) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas. Os processos da produção utilizados pela Companhia não produzem gases do efeito estufa. A Companhia faz tratamento de resíduos químicos e biológicos, evitando disseminar produtos prejudiciais ao meio ambiente. O Grupo monitora continuamente os eventos decorrentes das mudanças climáticas e não identificou impactos financeiros nas operações. (c) Impactos contábeis relacionados a desastres naturais. Em 2024, foram registrados 1.690 desastres; terceiro maior registro da série. O ano foi marcado pelas enchentes no Rio Grande do Sul, que deixaram milhares de pessoas desabrigadas. Cerca de metade dos alertas (53%) foram de risco geológico,

como deslizamentos de terra. Os outros alertas (47%) foram associados a riscos hidrológicos, como enxurradas e transbordamentos de rios e córregos. Em dezembro de 2025, a passagem de um ciclone extratropical na região Sul e Sudeste impactou severamente a infraestrutura e a produção regional. O evento foi caracterizado por rajadas de vento de até 120 km/h e a ocorrência de fenômenos severos, como ciclone e granizo. Os danos concentraram-se na agricultura, com perdas em lavouras de milho e soja, e na logística, devido ao bloqueio de estradas e interrupção de operações portuárias. Apesar da pressão sobre os custos de seguros e reparos em redes elétricas, o monitoramento contínuo permitiu a ativação de protocolos de resposta rápida. O Grupo monitora continuamente os eventos decorrentes de desastres naturais e não identificou impactos financeiros nas operações. (d) Desmobilização do Centro Tecnológico Gráfico-Folha (CTG-F). Em 2024 a Empresa Folha da Manhã S.A. passou a imprimir seus produtos editoriais em gráfica terceirizada especializada, o mesmo para seus serviços gráficos, descontinuando as atividades de seu parque gráfico (CTG-F).

Principais impactos de resultado:

	2025	2024
Receitas com a desmobilização (i)	1.892	1.258
Custos com Paixal Vendido	-	(549)
Custos com Baixas de Estoque (ii)	(239)	(14.588)
Custos com Baixas de Imobilizado	-	(23)
Reversão de Provisão para Perda no Estoque (iii)	239	5.497
Custos Gráficos e Extras de Desmobilização	-	(344)
Custos de Folha de Pagamento (iv)	(36)	(4.551)
Resultado negativo com a Desmobilização	1.856	(13.300)
Rubrica de Resultado (i)	2025	2024
Receita de Operações Descontinuadas	1.892	1.258
Total	1.892	1.258
Rubrica de Resultado (ii)	2025	2024
Bx. Estoque - Op. Descontinuadas	(239)	(14.588)
Total	(239)	(14.588)
Rubrica de Resultado (iii)	2025	2024
Obsolescência de Estoque - Complemento	239	5.497
Total	239	5.497
Rubrica de Resultado (iv)	2025	2024
Salários e Ordenados	-	(15)
Hora Extra	-	(36)
Aviso Prévio e Indenizações	(36)	(3.937)
Assistência Médica e Social	-	(2)
Prêmio	-	(561)
Total	(36)	(4.551)

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas con-

(e) Reforma tributária. Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025. (f) Tributação de dividendos - Lei nº 15.270/25. Em 27 de novembro de 2025, foi publicada a Lei nº 15.270/25, que estabelece a reintrodução do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) à alíquota de 10% sobre os dividendos distribuídos. Essa incidência é aplicável aos lucros gerados a partir de 1º de janeiro de 2026. Um ponto relevante da Lei nº 15.270/25 refere-se à isenção do IRRF para os dividendos distribuídos com base em lucros apurados até 31 de dezembro de 2025, desde que a declaração e a distribuição desses dividendos sejam realizadas até essa mesma data. Ou seja, lucros gerados até 31 de dezembro de 2025 e devidamente declarados até essa data não estarão sujeitos à nova tributação, o que pode impactar decisões estratégicas das empresas quanto ao momento de distribuição dos dividendos.

A Diretoria

Gustavo Lopes de Abreu
Contador - CRC 1SP 318.302/O-3

Aos Administradores e Quotistas Larimus Participações Ltda.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Larimus Participações Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Larimus Participações Ltda. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Larimus Participações Ltda. e da Larimus Participações Ltda. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para

troladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
pwc CRC 2SP00160/O-5Jefferson Alves da Silva
Contador
CRC SP – 264861/O-9